

Brasil

O envelhecimento da carga tributária

Cristiano Romero



A indústria brasileira vive uma penosa estagnação que já dura mais de uma década. A produção industrial como um todo está, neste momento, no mesmo nível de 2004, sendo que a produção da indústria de transformação situa-se no patamar de 2003. Este fato não é motivo de preocupação, apenas para indústria e simpatizantes; ele atenta também as autoridades, uma vez que cerca de metade da arrecadação tributária nacional vem da taxa de bens e serviços.

O encolhimento da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) pode explicar, em parte, a queda estrutural da carga tributária ocorrida nos países últimos anos. Sabe-se que a carga de impostos diminuiu em razão de uma série de fatores, como a forte desaceleração da economia em 2011 e a profunda recessão dos últimos três anos. Há fortes indícios, porém, de que a estagnação da indústria, iniciada bem antes de 2011, ajude também a explicar o fenômeno.

A desindustrialização tornou-se um problema fiscal

O economista José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, e seu colega Kleber Castro calculam que a carga tributária brasileira diminuiu de 34,8% para 32,7% do PIB entre 2008 e 2016 (número ainda preliminar), uma queda, portanto, de 2,1 pontos percentuais. No caso apenas dos tributos federais, o recuo teria sido maior — de 2,4 pontos percentuais.

Afonso, um dos maiores especialistas do país em finanças públicas, constatou que, no âmbito federal, a arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) contraiu 0,5 ponto percentual dos 2,4 pontos mencionados, entre 2008 e 2016. De 2011 a 2016, da contração de 4,2%, em termos reais, verificada na arrecadação federal, um dos destaques foi a redução de 22% veio das receitas provenientes da indústria de transformação.

Quando se observa o que ocorreu com a contribuição previdenciária, que financia a Previdência Social, a perda de arrecadação, no período mencionado, foi de 2,2% em termos reais, mas o maior recuo (-11%), dentro desse tributo, veio também da indústria de transformação — fato explicado, parcialmente, pelo desordenado processo de pagamento promovido pelo governo Dilma Rousseff.

Há um ano, Lívio Ribeiro, outro pesquisador do Ibre, concluiu que a correlação positiva existente entre variação do PIB e arrecadação

elasticidade da arrecadação ao PIB não retomará os níveis confortavelmente acima de 1 que caracterizaram a bonança fiscal da década passada. Quando se pensa o futuro das receitas tributárias no Brasil, tanto a curto quanto a médio e longo prazo, o panorama é preocupante”, afirma o diretor do Ibre, Luiz Guilherme Schymura, que trata do tema na Carta da Conjuntura, ainda inédita, da entidade. “Há razões para crer que, se e quando a economia voltar a crescer, a retomada da arrecadação não deve ser exuberante.”

O cenário mais preocupante é aquele em que as mudanças estruturais por que passa a economia brasileira agravarão o problema tributário. Muito provavelmente, a forma como e de quem se cobra imposto no Brasil envelheceu. O sistema tributário brasileiro foi forjado nos anos 60, sob a ideia de que a indústria sempre lideraria o crescimento do país. Esta realidade já não existe há um bom tempo.

O trabalho de José Roberto Afonso revela que os setores de maior incidência tributária sobre a receita são a indústria de transformação (19,1%), a indústria extrativa (22,5%) e os serviços de utilidade pública (19,1%). As atividades financeiras e o comércio respondem, respectivamente, por 11,9% e 10%, e o agronegócio, setor mais dinâmico da economia na atualidade, por 3,4%.

Hoje, o maior setor da economia nacional é o de serviços, que, na composição do PIB, responde por 63% — era 55% em 2004. Esta parece ser uma tendência inexorável de uma economia como a brasileira, que, neste aspecto, se assemelha muito à americana com população grande, de alta propensão ao consumo e níveis avançados de poupança, em que o setor de serviços prepondera. Em economias como esta, importam-se em grande quantidade capitais, além de bens e serviços.

A indústria, como se sabe, encolheu bastante no Brasil — entre 2004 e 2016, de 2,4% para 1,8% do PIB, segundo Schymura. No mesmo período, a agropecuária caiu de 6% para 5%, apesar do boom ocorrido no agronegócio, o que também chama a atenção. “A estrutura tributária nacional não acompanhou essa mudança das contas nacionais e seguiu muito dependente da atividade industrial. É importante começar a pensar em redistribuir o ônus de financiar o Estado pelos setores da economia brasileira e também rever as figuras tributárias”, defende Schymura.

O diretor do Ibre lembra que parte dos serviços já é bastante taxada, como os serviços de utilidade pública (telecomunicações e energia, por exemplo), e que não é o caso de se defender coisas do tipo porque, no fim, isso só ajudaria a piorar a situação, uma vez que nivelar a taxa por cima aumentaria ainda mais o custo Brasil.

Afonso, por sua vez, observa que está ultrapassada a velha máxima dos tributaristas, segundo a qual, “imposto bom é imposto velho”. Na verdade, as mudanças na economia trazidas pela informática e pela internet criam atividades econômicas sem circulação de mercadorias e que evadem a própria classificação como

MPs que retiram proteção preocupam ‘financiadores’ ambientais do Brasil

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Os dois maiores doadores de recursos financeiros para a área ambiental no Brasil, Alemanha e Noruega, estão preocupados com o aumento nos índices de desmatamento, a aprovação das medidas provisórias que reduzem a proteção da floresta e a flexibilização do licenciamento que o Congresso está na iminência de aprovar. É um sinal de alerta a governos locais e federal que dependem destes recursos para proteger a floresta e reduzir a emissão de gases-estufa.

A Alemanha é o maior doador para área ambiental no Brasil, com um portfólio atual de mais de 2 bilhões em projetos de proteção da biodiversidade e de combate à mudança do clima. Só em cooperação em biodiversidade é uma trajetória de mais de 50 anos. A carteira atual de recursos tem doações e empréstimos a juros menores que financiam tanto projetos de proteção à floresta como usinas solares. Trata-se, sempre, de dinheiro público.

“Vemos como problemáticos os sinais das MPs 756 e 758 de redução na proteção da floresta. É claro que isso não tem impacto positivo no governo Merkel e também nos membros do parlamento, que estão se perguntando o que está fazendo com esse dinheiro público”, diz o embaixador alemão no país, Georg Witschel, ao Valor, referindo-se às medidas provisórias aprovadas em minutos pelo Congresso há poucos dias, que reduziram a proteção de 600 mil hectares de floresta amazônica no Pará e de Mata Atlântica em Santa Catarina, e que deverão ser vetadas ou sancionadas pelo presidente Michel Temer. “Pensamos que as duas MPs têm risco maior de ter impacto no desmatamento e na proteção climática”, continua.

É o mesmo tom adotado pela embaixadora da Noruega, Aud Marit Wig. “Ação de áreas protegidas foi uma medida muito eficiente para manter a floresta. E quando se enfraquece esse instrumento, temos que os resultados podem ser negativos”, disse ela ao Valor. “Estamos preocupados. O serviço de redução de emissões de CO₂ que o Brasil entrega é muito importante, não podemos desistir. O que vai acontecer, provavelmente, é uma redução no dinheiro”.

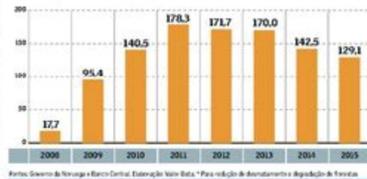
A Noruega é o maior parceiro do Brasil no Fundo Amazônia,



Georg Witschel, embaixador da Alemanha no Brasil: tenor com os efeitos da legislação que reduz a proteção florestal

Dinheiro verde

Contribuições da Noruega para o Brasil, em US\$ milhões



Fonte: Governo da Noruega e Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Para redução de desmatamento e conservação de floresta.

gerido pelo BNDES, e que apoia projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. O país já doou ao Brasil US\$ 1 bilhão para projetos de proteção à Amazônia. O dinheiro doado, não é empréstimo. Até a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) depende, em parte, desta fonte de recursos. O orçamento do órgão de fiscalização ambiental brasileiro sofreu corte de 30% em 2016. Em novembro, o Ibama conseguiu aprovar um projeto de R\$ 56 milhões do Fundo Amazônia para garantir, por 15 meses, apoio logístico às ações de fiscalização, garantindo o aluguel de helicópteros e veículos.

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada

pela redução das emissões de gases-estufa originadas no desmatamento. O Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar novos recursos. Como os sinais agora são de que o desmatamento deve crescer com as propostas de mudança nas políticas ambientais em legislação, o país deve receber menos recursos. O maior doador é a Noruega, com 97% dos recursos. A Alemanha contribui com 2,1% do total e 0,5% vem da Petrobras.

“Ameaça de se enfraquecer o licenciamento ambiental é mais do que uma dor de cabeça para nós”, continua o embaixador alemão, referindo-se ao controverso projeto que tramita há semanas na Câmara. “Entendemos a necessidade de reformas e de rever o processo de licenciamento, mas temos a im-

pressão de que há o risco de se jogar fora o bebê junto com a água suja da bacia”, segue. “De outro lado, reconhecemos que o Brasil tem feito muito e conseguiu sucesso significativo na proteção ambiental. Há muitos esforços positivos do Brasil nesta área”, elogia.

“São recursos fundamentais para nós, sobretudo diante da limitação de aumento do orçamento público devido à PEC dos gastos”, diz Everton Lucero, secretário de mudança do clima e florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). “Combater o desmatamento para nós é um bom negócio, atrai recursos. Deixar que as taxas voltem a subir vai retirar a oportunidade do Brasil de fazer esta captação”, explica. O Reino Unido, por exemplo, já demonstrou interesse de também contribuir nestes esforços.

Em setembro haverá nova rodada de consultas governamentais entre Brasil e Alemanha para discutir quais áreas merecem atenção e recursos da cooperação. “É um processo aberto e não há, por ora, nenhuma decisão de se reduzir, manter ou ampliar o nível de cooperação”, adianta o embaixador alemão. “Mas com o aumento do desmatamento, as MPs que reduzem proteção e o licenciamento ambiental flexibilizado vai ser difícil explicar para o nosso parlamento e a opinião pública porque deveríamos gastar mais dinheiro.”

Vetado artigo que isenta bancos de responsabilidade

De São Paulo

Depois de uma enxurrada de más notícias ambientais causadas pela aprovação no Congresso de uma série de medidas provisórias que reduzem a proteção de unidades de conservação na Amazônia e na Mata Atlântica, além da pressão pela flexibilização do licenciamento ambiental que pode provocar mais danos, os ambientalistas tiveram ontem uma conquista a comemorar. Foi publicado no Diário Oficial da União o veto do presidente Michel Temer ao artigo 35 do Projeto de Lei de Conversão

3/2017, referente à MP 752, que tratava das regras de concessões no setor de transportes.

O projeto, aprovado na Câmara e no Congresso, veio com um “jabuti” embutido — o jargão empregado em Brasília para explicar artigos que surgem de contrabando em projetos de lei, já que não têm nada a ver com o objeto que está sendo tratado. O artigo 35 dizia que os bancos somente responderiam por dano ambiental “se comprovado dolo ou culpa, bem como a relação de causalidade entre sua conduta e o dano causado”. “Isso, na prática, é impossível de se com-

provar e eliminava a responsabilidade do banco”, explica Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA).

A partir daí, quatro organizações da sociedade civil — Greenpeace, Conectas, Amigos da Terra Amazônia Brasileira e ISA — começaram campanha para conseguir o veto presidencial ao artigo e em 31 de maio protocolaram no gabinete da presidência, na Casa Civil, no Ministério do Meio Ambiente e no da Justiça, uma exposição de motivos pedindo veto presidencial.

Entre os argumentos-chave, o fato de que o “jabuti” é prática

proibida por uma determinação do Supremo Tribunal Federal. O artigo 35, na prática, eximia os bancos de responsabilidade ambiental no financiamento de seus projetos. Ele “dificulta a implementação de políticas de responsabilidade socioambiental no setor financeiro, promove o financiamento de atividades ilícitas e danosas ao meio ambiente, serve como propulsor do desmatamento”, elencava a recomendação de veto presidencial dos ambientalistas, conseguida ontem.

“Foi uma conquista da sociedade”, celebra Guetta. (DC)

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- 7-Eleven **A8**
- Albergo **B2**
- ACE Seguros **E1, E2**
- Advare Medical **B5**
- Arbr **A2**
- Azevedo **B4**
- Amazon **B4, B6**
- Ambev **A7**
- Ami **A7**
- Apoia **B4, B6**
- Applius **B6**
- Brasão **A7, B1, B4, C1**
- Brasul **A7**
- BSC **A7**
- BSC Partials **A7**
- Caja **A3, A12, B1, C5**
- Cela **A3**
- Clara Melão **B4**
- Cit **B1, C1**
- Coca Cola **B4**
- Apoia **B4, B6**
- Condições Triunfo **A7**
- Correios **B6**
- Holdings **A8**
- FCS **B9**
- Fibra **B4**
- Foco **B4**
- Frisa **B10**
- Funer **B2, C3**
- Fundação **B2**
- GS Evercore **B6**
- Galvão Engenharia **A7**
- Garcia Asset **C1**
- GE **B4**
- Jaguar Land Rover **A9**
- JBS **A6, A7, A11, A12, B10, C2**
- JHSF **A7**
- John Lewis **A9**
- Partnership **A9**
- Kartir Milward **B4**
- Kubir **A7, B4**
- Klar **B9**
- KPMG **B10**
- Neebham & Co **B6**
- Nellis **A2, B6**
- OAS **A7, A12**
- Osirecht **A7**
- Oli **B4**
- Ovint **B5**
- Pátria **B2**
- PGC Realty **B1**
- Port **B4**
- Petrobras **A2, B2, C2**
- Petros **B2**
- Santander **C1**
- Siqueira e Piqueira **B4**
- Sover & Holdings **A8**
- Skywest **B4**
- Smiles **B5**
- Sportly **A2**
- Suzano **B4**
- Tata Motors **A9**
- Tata Steel **B2**
- Toyota **B4**